

Salários e precatórios

Na reunião da Comissão de Acompanhamento de Receitas e Despesas das Universidades, realizada no dia 14/02, os representantes das três reitorias nos entregaram as informações solicitadas em dezembro. O montante gasto com precatórios na USP, em 2000, totalizou R\$ 86,76 milhões. Ou seja, cerca de três vezes mais do que o previsto inicialmente no orçamento, algo próximo de 300% de acréscimo. Por outro lado, o montante destinado a salário foi acrescido dos reajustes, crescimento vegetativo e contratações. Desnecessário fazer a conta para saber que perde-

mos feio dos precatórios.

Segundo as informações apresentadas, o comprometimento da USP com pessoal saltou dos 75,6% efetivamente gastos com folha de pagamento, para 88,6%, já que foram incluídas nesta alínea as despesas com precatórios. Reiteramos nossa manifestação de que os precatórios deveriam estar numa alínea separada do orçamento, evitando a penalização exclusiva dos salários.

Quanto ao acompanhamento de despesas com pessoal, nos foram entregues diversas planilhas com valores acumulados para períodos móveis de 12, 24 ou 36 me-

ses. Obviamente, nosso objetivo, quando propusemos estudar estas alternativas, seria construir uma sistemática mais estável de acompanhamento da planilha de gastos. Não queremos que sobras de caixas realizadas em períodos anteriores sejam "esquecidas".

Tampouco queremos que efeitos sazonais, como a queda natural de arrecadação no primeiro semestre do ano, acabem tendo forte influência nas negociações salariais de maio, mês de data base. Os representantes das reitorias não tinham opinião a manifestar quanto às sistemáticas apresentadas e,

além disso, indicaram a disposição de continuar apenas com as despesas acumuladas dentro de cada ano.

Fomos informados também de que, no entender dos representantes do Cruesp, a comissão havia esgotado sua tarefa, encerrando-se ali seu trabalho. Na nossa opinião, o trabalho da comissão deve continuar e encaminharemos aos reitores manifestação nesse sentido. Este já é um sinal de que neste ano, novamente, teremos que estar mobilizados para preservar as conquistas alcançadas e avançar na reposição de perdas salariais históricas.

Governo de SP processado por desvio de R\$ 4 bi

As irregularidades apontadas pela CPI da Educação levaram o Ministério Público Estadual a entrar com ação contra o Governo do Estado. O promotor da Infância e da Juventude, Motauri de Souza, analisou 5.000 páginas de documentos e constatou que o Estado descumpriu a obrigação constitucional de destinar 30% das receitas para a educação. As irregularidades (inclusão indevida de despesas previdenciárias nas contas da educação, sonegação de verbas federais e ICMS etc.) implicaram um desvio total de R\$ 4,1 bilhões.

Correção

Na edição anterior, o título correto do editorial (p.3) é: "Em 2001, participação de todos é fundamental".



A primeira Assembléia Geral da Adusp deste ano, ocorrida no dia 13, deu início à discussão sobre nossa próxima campanha salarial e indicou os seguintes delegados da Adusp ao Congresso da Andes: Marcos Magalhães, Norberto Guarinello, João Zanetic, Américo Kerr e Osvaldo Coggiola

FMI ataca novamente

A proposta de cobrança de mensalidades nas universidades públicas voltou aos jornais no início de fevereiro, desta vez de forma inusitada: ela faz parte de um relatório do Fundo Monetário Internacional sobre o Brasil. De acordo com o *Estado de S. Paulo*, a proposta provocou alvoroço até no MEC (3/2).

Segundo aquele jornal, o ministro Paulo Renato rejeitou enfaticamente a idéia: "Estou há seis anos no governo, falei alguma vez em privatização do ensino? O presidente Fernando Henrique falou de privatização alguma vez? Não." (3/2). Em declaração publicada na véspera no mesmo jornal, também foi taxativo: "O assunto está encerrado".

Na verdade, Paulo Renato admitiu mais de uma vez a possibilidade de adoção do ensino pago nas universidades públicas. Em 1997, por exemplo, embora considerasse o tema inoportuno ("não faz parte da agenda e só atrapalha"), ele afirmou que o país "vai ter que discutir isso daqui a cinco ou seis anos", ou seja, em 2002 ou 2003.

O mais interessante nas atuais declarações de Paulo Renato, no entanto, é um dos argumentos que usou para rebater a sugestão do FMI: "É um absurdo. Não me consta que eles tenham especialistas em educação. Eles têm que cuidar do sistema financeiro. Da educação deixa que a gente cuida, melhor do que eles" (*Estado de S. Paulo*, 2/2).

Trata-se de argumento curioso, quando se sabe que as diretrizes do MEC para as reformas em curso na educação brasileira emanam do Banco Mundial, instituição financeira por excelência e que há dois anos manifestou "opinião" idêntica à do FMI.

Reitores protestam

Vários reitores manifestaram-se enfaticamente contra a nova intromissão do FMI em assuntos brasileiros. "A universidade é pública e gratuita e disso não abrimos mão", disse o presidente da Andifes, Emídio Cantídio. O ex-reitor da Unesp Arthur Roquete publicou artigo rebatendo a idéia de que a universidade pública é um "nicho de estudantes ricos"

("Ensino público gratuito x falácia do FMI", *Folha de S. Paulo*, 8/2).

Sindicatos reagem

Também o presidente da Andes, Roberto Leher, criticou duramente a idéia de implantação do ensino pago, chamando atenção para um ângulo pouco comentado da questão: as universidades passariam a viver do valor arrecadado com mensalidades, insuficiente para sustentar os investimentos em pesquisa, o que comprometeria a produção de conhecimento.

A Adusp também reafirma sua posição histórica de defesa do ensino público e gratuito e contrária à cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

A estagnação do ensino público de graduação em SP

Texto apresentado ao Grupo de Ciência e Tecnologia do Fórum São Paulo Século XXI

As universidades públicas em São Paulo fizeram, nas últimas décadas, um grande esforço para desenvolver seus programas de pós-graduação, bem como a produção científica e a titulação de seus docentes. Indubitavelmente esses desenvolvimentos se justificam plenamente, pois não há universidade de qualidade sem fortes e sólidos sistemas de pesquisa e formação de pessoas nos mais altos níveis. Entretanto, no mesmo período, o ensino de graduação esteve estagnado. Vejamos os dados objetivos.

Em 1980 cerca de 8.500 jovens paulistas concluíram um curso de graduação em uma instituição pública¹ (estadual ou federal) em São Paulo. Até aproximadamente 1990 esse número de conclusões permaneceu inalterado, apesar de a população ter crescido cerca de 25% no mesmo período. Assim, se em 1980 cerca de 1,8% dos jovens paulistas concluíam um curso superior em uma instituição pú-

blica, em 1990 esse percentual estava reduzido para cerca de 1,4%. Haver uma diminuição neste índice de atendimento, que já era extremamente baixo, é absolutamente inaceitável, não apenas considerando o baixo nível escolar da população e, portanto, a necessidade de expansão do ensino superior de qualidade, como a evolução mundial do ensino de graduação nos demais países "em desenvolvimento".

No final da década de 90 houve um pequeno acréscimo no número de conclusões de cursos de graduação em nosso Estado, atingindo um patamar próximo de 9.500 por ano. Entretanto, considerando o crescimento populacional, esse aumento foi insuficiente para sequer retomar o padrão de 1980: neste final da década de 90 apenas cerca de 1,5% dos jovens paulistas concluem um curso superior de graduação em uma instituição pública em São Paulo. A estagnação nesse patamar deveria ser substituída por uma política

de expansão do ensino público superior que, paulatinamente, aumentasse o percentual de atendimento para patamares mais próximos dos verificados em outros países, como também em outros estados da Federação (enquanto apenas cerca de 1,5% dos jovens paulistas concluem um curso de graduação numa instituição pública, nos demais estados esse percentual é de aproximadamente 2,5%).

Não há, portanto, como negar a grave estagnação do ensino público superior em São Paulo. Deve-se repetir que não estamos em um mundo estático e imutável; ao contrário, os diversos países têm feito um grande esforço em melhorar e ampliar seus sistemas de ensino superior. Assim, mesmo que o crescimento das conclusões de cursos de graduação em instituições públicas em São Paulo tivesse apenas acompanhado o crescimento populacional, a situação já seria preocupante, pois estaríamos nos afastando da média

mundial. Reduzir esse número é assustador.

As instituições privadas — que têm sabido se aproveitar da ausência do setor público no ensino de graduação — não formam, com raras exceções, quadros suficientemente bem preparados para integrar a força de trabalho que competirá, gostemos ou não, em um mundo cada vez mais sofisticado.

É necessário recuperar urgentemente o ensino superior público em nosso Estado, em nível de graduação, sem comprometer o desenvolvimento científico e o ensino de pós-graduação. Não fazer isso é condenar o Estado e o país a uma posição submissa frente a um mundo sempre mais exigente. Não haverá, como não há já hoje, lugar entre os países soberanos e autônomos para aqueles que condenam suas forças de trabalho à ignorância e ao despreparo.

(1) *Os dados citados têm como referência os Anuários Estatísticos do Brasil, IBGE, anos de 1982, 1991 e 1997.*

Temário do 4º Congresso da USP está definido

A Comissão Organizadora do 4º Congresso da USP, a partir de propostas trazidas por representantes da Adusp, DCE, APG e Sintusp, discutidas pelas respectivas categorias, decidiu que o evento ocorrerá nos dias 6, 9, 10 e 11 de abril (Semana Santa) com o seguinte temário:

I - Conjuntura: Educação e Universidade

II - Papel Social da Universidade

III- Estrutura da Universidade

O primeiro tema será alvo de uma plenária na manhã do dia 9 de abril, com a presença de debatedores convidados. Já o segundo e o terceiro temas, divididos em sub-temas, serão discutidos inicialmente em grupos mistos (entre as três categorias), com no máximo 25 participantes por grupo nos dias 9 e 10.

Está previsto que pelo menos dois grupos discutam cada um dos sub-temas e tragam suas conclusões às respectivas plenárias, que se

Tema II - Papel Social da Universidade

- 1- Acesso (vestibular, cotas, vagas etc.)
- 2- Ensino
- 3- Pesquisa
- 4- Extensão
- 5- Financiamento e Autonomia
- 6- Fundações e Autonomia
- 7- Articulação com movimentos sociais organizados

Tema III - Estrutura da Universidade

- 1- Concepção e relações de trabalho
- 2- Recursos Humanos (carreira, regime jurídico, etc.)
- 3- Estrutura de Poder e Processo Decisório
- 4- Avaliação Interna
- 5- Estrutura da Graduação e da Pós-Graduação
- 6- Orçamento

realizarão nos dias 10 e 11 de abril. Está programada ainda uma plenária de encerramento para o dia 11 e, possivelmente, uma festa para a noite desse mesmo dia.

A sexta-feira, 6 de abril, está reservada para a abertura do Congresso, o credenciamento dos delegados e a inscrição nos grupos temáticos (veja no quadro ao lado, os respectivos sub-temas).

Estamos convocando e incentivando o envio de textos-base para as discussões nos grupos temáticos e posterior avaliação nas plenárias. Os textos que vierem acompanhados de 15 ou mais assinaturas, até 16 de março, serão publicados previamente ao Congresso. A data limite para a escolha de candidatos (100 por categoria) é 4 de abril.

CR discute participação nos debates

Em reunião no dia 8 de fevereiro, o Conselho de Representantes da Adusp discutiu a organização do 4º Congresso da USP, que ocorrerá em abril. De acordo com o que foi deliberado pela Comissão Organizadora do Congresso, composta por representantes da Adusp, Sintusp, DCE e APG, haverá 100 delegados por categoria. Os representantes dos professores serão escolhidos com o seguinte critério: inicialmente um por unidade e os demais delegados escolhidos em número proporcional ao de professores das unidades.

O CR também debateu os temas que serão discutidos no 4º Congresso e sua organização (veja texto nesta página). Foi ressaltada a importância de haver reuniões preparatórias nas unidades e de apresentação de contribuições sobre o temário.

Andes

Na mesma reunião foram discutidos aspectos importantes do Congresso da Andes, especialmente a questão do emprego público.

Foi também iniciada a discussão da nossa próxima campanha salarial, sendo enfatizada a importância de mantermos uma política salarial, bem como a necessidade de mais recursos para a Universidade e de aumento de vagas.

A próxima reunião do CR deverá acontecer em março.

Suspensa a suplementação para as universidades

O relator do projeto de Orçamento do Estado, deputado Roberto Engler (PSDB), recuou na proposição de suplementação para as universidades estaduais paulistas. Desta forma deixaremos de receber este ano os R\$ 10 milhões que se somariam a outras quatro parcelas anuais, totalizando R\$ 40 milhões. Tal montante seria pequeno frente à necessária expansão do ensino superior no Estado (atende a menos de 10% da demanda por vagas no terceiro grau). Mesmo assim foi cortado, demonstrando mais uma vez a política estadual e nacional de descaso com



o ensino superior público brasileiro. É estratégico para nós nos contrapormos a este tipo de diretriz, priori-

zando nossa intervenção pela expansão do ensino público, gratuito e de qualidade, em todos os níveis.

Estatuto, Regimento e decisão do CO deslegitimam a atuação da CERT

No noticiário do Fórum- USP, divulgado em dezembro passado como encarte especial do **Jornal da USP**, nas páginas dedicadas à Plenária sobre Avaliação, encontra-se o artigo "Um tema polêmico — A CERT faz uma análise detalhada e apresenta sugestões para o aperfeiçoamento das atividades do corpo docente", que é assinado pelo professor Carlos Humes Júnior, atual presidente da CERT.

Nesse longo artigo é tratada, de início, a questão da legitimidade daquela comissão para atuar da forma como vem atuando, em particular quanto à questão da avaliação individual dos docentes e às eventuais alterações de seus regimes de trabalho.

Segundo o autor, "a USP" reconheceu que "dentro de um complexo sistema de avaliação, cabia à Reitoria cercar-se de uma assessoria que implicitamente avaliasse os avaliadores avaliando as avaliações" (*sic*). Prossegue afirmando que a essa assessoria "caberia a revisão e avaliação das avaliações locais", e que "essas funções e o direito do reitor de ser assessorado para tal estariam legitimadas e fundamentadas em regras de instâncias múltiplas, previstas pelo Regimento e Estatuto da USP e resoluções do CO".

Embora de fato, em muitos casos, a normalização interna da Universidade seja algo extensa e nem sempre transparente, os itens principais vinculados ao tema resumem-se ao inciso XI do artigo 34, e ao artigo 91 do Estatuto, aos artigos 34 e 35 do Regimento Geral e às resoluções 3531 e 3533, ambas de 22/06/89, as quais, respectivamente, baixam o regimento interno da CERT e o regulamento dos regimes de trabalho do pessoal docente da USP.

Caráter consultivo

A leitura destes dispositivos em nenhum momento dá respaldo às assertivas do professor Humes quanto às funções da CERT. Enquanto o artigo 91 do Estatuto atribui à CERT caráter claramente consultivo ao estabelecer que à CERT "incumbe analisar as admissões de docentes, opinar acerca do regime de trabalho, orientar e coordenar a aplicação da legislação pertinente, bem como zelar pelo cumprimento das respectivas obrigações", em nenhum dos oito itens do artigo 6 da Resolução 3531, que define suas competências, é possível encontrar qualquer menção à suposta função da CERT de realizar a avaliação acadêmica individual dos docentes e, menos ainda, de "avaliar a avaliação" que os departamentos e unidades fazem de seus docentes, como quer entender o atual presidente da comissão.

Do mesmo modo, a decisão específica do CO quanto a esse tema, quando da criação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), conforme ata da 799ª reunião, em março de 1992, tampouco define que a avaliação docente deva ser feita de modo individual, fora do contexto dos Departamentos, ao afirmar (os grifos são nossos): "**Normas. A comissão composta por três membros da CERT e três da CAA** [nota da Redação: Comissão de Atividades Acadêmicas], **mais um representante discente estudaram esta questão, chegando à conclusão que o mais interessante é fazer uma avaliação departamental, e que, inserida nesta auto-avaliação estaria inserida a avaliação individual de cada docente. Entenderam que é muito difícil a Universidade fazer avaliação individual do docente, pois se perderia a perspectiva e o panorama daquele docente que trabalha integrado a um setor**

que é o Departamento. Portanto, a proposta é que haja uma avaliação departamental e que a Comissão, composta pelos membros da CERT e da CAA, em sua totalidade, coordenariam os trabalhos dessa avaliação (sic)." Esse entendimento foi aprovado na época pelo CO por 75 votos a favor, 5 contra e 6 abstenções.

Assim, cabe perguntar: quem seria a "USP" que teria reconhecido à CERT funções que absolutamente não se encontram nos dispositivos regimentais da universidade? Estaria o professor Humes confundindo os órgãos da Reitoria ou a vontade pessoal de um determinado ocupante da presidência da comissão ou do cargo de reitor, com a Universidade como um todo?

Nesse contexto, vale destacar ainda que o artigo de Humes menciona que "a posição da CERT em termos objetivos segue a orientação reitoral expressa nos documentos da CERT de dezembro de 1999". Provavelmente os documentos que estão sendo ressuscitados, que de forma alguma guardam sequer semelhança com algo que possa ser considerado como regimental, sejam aqueles encaminhados à comunidade com os seguintes títulos: "**Diretrizes da Avaliação das Atividades Docentes**" e "**Normas Básicas Internas da CERT**". Alguém se lembra?

"Orientação reitoral"

Na época, esses documentos, tidos como preliminares, foram enviados para as unidades e departamentos, como propostas em relação ao tema e membros da CERT visitaram algumas congregações, entre elas a do ICB, da FFCLH e do IME, com o objetivo de debatê-los. Não consta que em qualquer desses encontros os seus conteúdos tenham obtido algum consenso ou respaldo significativo. Pelo

contrário, o que se sabe é que foram duramente criticados e talvez, justamente por isso, as tais visitas da CERT às congregações cessaram, e se pensava que tais documentos tivessem sido relegados ao esquecimento. Surpresa, aí estão eles, sem que a USP como um todo de fato os tenha debatido e sem que eles tenham qualquer legitimidade além de refletir, talvez, a "orientação reitoral", como qualificados pelo professor Humes. Com a palavra o reitor...

De modo oposto, o professor Hernan Chaimovitch, em sua intervenção no debate sobre avaliação, patrocinado pelo Conselho de Representantes da Adusp, em 6/12/00, afirmou que qualquer processo de avaliação que se pretenda implantar na USP deve apresentar como requisitos: objetivos claros, metodologia e conseqüências muito bem definidas, aceitação interna prévia e instância de recursos estipulada. Reconheceu ainda que, da forma como vem sendo feito, o suposto processo de avaliação conduzido pela CERT carece de todos estes quesitos.

Esses pontos são do mais elementar bom senso, mas, a despeito disso, no momento as autoridades universitárias parecem aquiescer com a atual composição e forma de agir da CERT que, sem sustentação legítima e legal, tem causado imensos danos pessoais a muitos docentes individualmente, com os inevitáveis desgastes para a instituição como um todo. São pois preocupantes as reais origens deste processo, e coloca-se a questão se devemos aceitar que essas condutas, que definitivamente não foram submetidas a qualquer convalidação por parte da comunidade universitária, continuem a vigorar, conduzidas por aqueles que querem chamar a si o papel de arautos da Universidade.